



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

050

14

Embargos de declaração nº 180379-6/04 - Comarca do Recife

Embargantes: Estado de Pernambuco e outros.

Embargado: Joselma Maria Santana Correia de Souza.

5527

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À RESERVA DE PLENÁRIO DA CORTE ESPECIAL. PRECLUSÃO. CARGO COMISSIONADO E FUNÇÃO COMISSIONADA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ACLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE. 1. A inaplicabilidade Do art. 70 da LCE nº 28/00 foi determinada no julgamento da apelação cível publicado em 07/07/09, e não no recurso de agravo embargado, motivo pelo qual configura-se a ocorrência da preclusão temporal da alegação de violação à reserva de plenário da Corte Especial. 2. O *quantum* percebido por exercício de função comissionada ou cargo comissionado não integram os proventos de aposentadoria, não incidindo, assim, sobre tais valores a contribuição previdenciária, razão pela qual não entendo vulnerados os arts. 40, § 13, 97, 149, § 1º e 150, I, da CF. 3. Embargos de declaração improvidos. 4. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 180379-6/04, acima referenciados, julgados nesta data, **ACÓRDÃO** os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado

P.R.I.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 180379-6/04 – Comarca do Recife

Embargantes: Estado de Pernambuco e outros.

Embargado: Joselma Maria Santana Correia de Souza.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração diante de acórdão assim ementado:

PROCESSO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO. REJEITADA POR UNANIMIDADE. MÉRITO. BENEFÍCIOS QUE NÃO INTEGRAM OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. CARÁTER RETRIBUTIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE FUNÇÃO GRATIFICADA. IMPOSSIBILIDADE. MODIFICAÇÃO DO *DIES AD QUO* PARA REPETIÇÃO DO DESCONTO PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA DE JUROS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. ARBITRAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM PERCENTUAL INFERIOR A 10%. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DOS §§ 3º E 4º, DO ART. 20 DO CPC. AGRAVO Nº 180379-6/01 PARCIALMENTE PROVIDO. AGRAVO Nº 180379-6/02 IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva do Estado, devido à solidariedade entre Estado e Funape, disposta no art. 94 da LC nº 28/00. 2. O STJ firmou entendimento sobre o caráter retributivo do regime previdenciário, motivo pelo qual não é devida a contribuição previdenciária sobre o exercício de cargo comissionado determinada pela LCE nº 28/00, uma vez que tal remuneração não integra os proventos de aposentadoria dos servidores. 3. Desta feita a repetição do indébito previdenciário deve ter como termo *a quo* 05/08/2000, data de promulgação da normativa supracitada. 4. Na repetição de indébito tributário, a Súmula nº 188 do STJ determina que os juros incidem a partir do trânsito em julgado da sentença. 5. Há reiterados pronunciamentos do STJ sobre a possibilidade de fixação de honorários advocatícios em percentual inferior a 10% (dez por cento), desde que aferidos os critérios dispostos nos §§ 3º e 4º, do art. 20 do CPC. 6. Possibilidade de aplicação do art. 557, § 1º-A, do CPC devido a existência de jurisprudência dominante relativa à matéria. 7. Agravo nº 180379-6/01 parcialmente provido para fixação do termo *a quo* da repetição do indébito previdenciário em 05/08/2000. 8. Improvimento do Agravo nº 180379-6/02. 9. Decisão Unânime (RA 180379-6/01 e 180379-6/02, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 24/09/2009).

Segundo os embargantes, a citada decisão teria descumprido a reserva de plenário da Corte Especial deste Tribunal para declarar a inconstitucionalidade do art. 70 da LCE nº 28/00, uma vez que, declarou a impossibilidade de aplicação do mesmo e, seria também, omissa quanto à competência dos Estados para instituir contribuição direcionada ao custeio do regime previdenciário e a instituição de contribuição previdenciária, através de

lei em sentido estrito, prequestionando-se explicitamente os arts. 40, § 13, 97, 149, § 1º e 150, I, da CF.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede aclarar, com pedido de efeito infringente, alegada omissão quanto à competência da Corte Especial para declarar a inconstitucionalidade de lei e a possibilidade dos Estados de instituírem contribuição previdenciária.

Inicialmente verifica-se a preclusão da afirmação de violação à competência da Corte Especial do TJPE para declarar a inconstitucionalidade de lei, uma vez que, a inaplicabilidade da modificação introduzida pela LCE nº 85/06 ao art. 70 da LCE nº 28/00 foi determinada no julgamento da apelação cível, publicado no Diário Oficial do dia 07/07/09, e não no recurso de agravo embargado.

Concernente à segunda alegação, a contribuição previdenciária instituída pelos estados deve ser proporcional ao valor a ser auferido na aposentadoria, sendo certo que o *quantum* percebido por exercício de função comissionada ou cargo comissionado não integram os proventos de aposentadoria.

Diante de todo exposto, nego provimento aos aclaratórios, não considerando vulnerados os arts. 40, § 13, 97, 149, § 1º e 150, I, da CF.

É como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator